

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA

**A MODERNIDADE REFLEXIVA E A POLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA: UMA
BREVE ANÁLISE DA ABORDAGEM DE ANTHONY GIDDENS**

RIO DE JANEIRO

2025

AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA

**A MODERNIDADE REFLEXIVA E A POLÍTICA DA MUDANÇA
CLIMÁTICA: UMA BREVE ANÁLISE DA ABORDAGEM DE
ANTHONY GIDDENS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos para
necessários à obtenção do grau de Gestor Público.

Orientadora: Renata Bastos

RIO DE JANEIRO

2025

CIP - Catalogação na Publicação

R672m ROCHA, AGATHA PINHEIRO DA SILVA
A MODERNIDADE REFLEXIVA E A POLÍTICA DA MUDANÇA
CLIMÁTICA: UMA BREVE ANÁLISE DA ABORDAGEM DE
ANTHONY GIDDENS / AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA. -
Rio de Janeiro, 2025.
29 f.

Orientador: Renata Bastos.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional,
Bacharel em Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social, 2025.

1. MODERNIDADE REFLEXIVA. 2. GLOBALIZAÇÃO E
RISCO. 3. CONEXÃO ENTRE MODERNIDADE REFLEXIVA E
MUDANÇAS CLIMÁTICAS. 4. O PARADOXO DE GIDDENS. 5.
MUDANÇA CLIMÁTICA, RISCO E PERIGO. I. Bastos,
Renata , orient. II. Título.

AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA

**A MODERNIDADE REFLEXIVA E A POLÍTICA DA MUDANÇA
CLIMÁTICA: UMA BREVE ANÁLISE DA ABORDAGEM DE
ANTHONY GIDDENS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Gestão Pública para o Desenvolvimento
Econômico e Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos para
necessários à obtenção do grau de Gestor Público.

Aprovado em 30 de abril de 2025


ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO (A) ALUNO (A) **AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA (DRE 116202174)**. A AVALIAÇÃO PELA BANCA FOI REALIZADA NA MODALIDADE DE PARECER, CUJO RESULTADO FOI PROCLAMADO **AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE CINCO**. O TRABALHO DE CONCLUSÃO APRESENTADO PELO (A) CANDIDATO (A) INTITULOU-SE: **"A MODERNIDADE REFLEXIVA E A POLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA: UMA BREVE ANÁLISE DA ABORDAGEM DE ANTHONY GIDDENS"**. A BANCA EXAMINADORA FOI COMPOSTA PELO (A) ORIENTADOR(A) **RENATA BASTOS (IPPUR/UFRJ) E RICARDO JOSÉ DE AZEVEDO MARINHO**. A BANCA EXAMINADORA DELIBEROU PELA:

☒ **APROVAÇÃO**

☐ **REPROVAÇÃO**

BANCA EXAMINADORA:

documento assinado digitalmente
 **RENATA BASTOS DA SILVA**
Data: 30/04/2025 13:48:07-0100
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RENATA BASTOS

RICARDO JOSÉ DE AZEVEDO MARINHO:79524893720
Assinado de forma digital por RICARDO
JOSE DE AZEVEDO MARINHO:79524893720
Dados: 2025.04.30 14:37:17 -03'00'

RICARDO JOSÉ DE AZEVEDO MARINHO

ALUNA: AGATHA PINHEIRO DA SILVA ROCHA (DRE 116202174).

OBSERVAÇÕES: Aprovada em Banca on-line com audiência dos discentes do GPDES cuja a lista de presença segue no anexo do email que enviaremos a ata de apresentação do TCC

Dedico este trabalho aos meus pais por todo o incentivo, à minha avó, que certamente está orgulhosa desta conquista, e ao meu padrinho, que nunca permitiu que eu desistisse.

RESUMO

Sendo um objeto de análise de diversos pensadores, a modernidade é um conceito complexo. Este trabalho analisa de forma breve a abordagem de Anthony Giddens sobre a relação da modernidade reflexiva com a política de mudanças climáticas. Em um cenário de globalização crescente e transformação social, o autor destaca a capacidade das sociedades de refletirem criticamente sobre suas condições e o impacto da globalização. Sendo assim, a política das mudanças climáticas surge como um exemplo central na obra de Giddens, abordando como a modernidade reflexiva contribui para a compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas, com foco no enfrentamento das questões climáticas globais e suas implicações para as políticas públicas e a vida dos indivíduos.

Palavras-chave: modernidade reflexiva; globalização; mudanças climáticas; Giddens.

ABSTRACT

As an object of analysis for various thinkers, modernity is a complex concept. This work briefly analyzes Anthony Giddens' approach to the relationship between reflexive modernity and climate change policies. In a scenario of growing globalization and social transformation, the author highlights societies' capacity to critically reflect on their conditions and the impact of globalization. Thus, climate change policy emerges as a central example in Giddens' work, addressing how reflexive modernity contributes to understanding contemporary social dynamics, with a focus on addressing global climate issues and their implications for public policies and individuals' lives.

Keywords: reflexive modernity; globalization; climate change; Giddens.

1. INTRODUÇÃO

Como conceito da sociologia, a modernidade refere-se a um período marcado por transformações sociais, econômicas e culturais. Essas transformações moldaram profundamente as sociedades atuais. Desde a Revolução Industrial até a era da globalização, a modernidade tem sido amplamente discutida, evidenciando suas complexidades e os desafios que impõe. “A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência” (GIDDENS, 2002).

Anthony Giddens, em sua teoria da modernidade reflexiva, oferece uma visão inovadora e essencial para compreender o atual momento histórico. Ele descreve a modernidade como um processo contínuo de reflexão e adaptação, no qual as sociedades questionam e reconfiguram constantemente suas práticas à luz de novos conhecimentos.

O objetivo deste trabalho é explorar a modernidade reflexiva de Giddens e aplicá-la à análise das políticas de mudanças climáticas. O debate em torno das transformações sociais e ambientais exige uma compreensão profunda das dinâmicas da modernidade reflexiva, pois a capacidade das sociedades de responderem a riscos globais, como o aquecimento global, está intrinsecamente ligada à sua habilidade de se autoavaliar e adaptar suas estruturas e práticas.

2. MODERNIDADE REFLEXIVA - ANTHONY GIDDENS

2.1 DEFINIÇÃO E CONCEITO

Anthony Giddens introduz o conceito de modernidade reflexiva para descrever uma fase da modernidade em que as sociedades se tornam mais conscientes e críticas sobre seus próprios processos e condições. Nesse contexto, a globalização e a interconexão das sociedades modernas levam a uma maior conscientização dos indivíduos e das instituições sobre os impactos e as implicações de suas ações.

A reflexividade da modernidade opera não numa situação de certeza cada vez maior, mas numa situação de dúvida metódica. Só podemos confiar, mesmo nas autoridades mais fidedignas, até "nova ordem"; e os sistemas abstratos que tanto penetram na vida cotidiana normalmente oferecem múltiplas possibilidades em vez de fornecer guias ou receitas fixas de ação. (GIDDENS, A. Modernidade e Identidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p. 82.)

2.2 CARACTERÍSTICAS CENTRAIS

GLOBALIZAÇÃO E RISCO

A globalização é uma característica central da modernidade reflexiva. Giddens argumenta que:

A globalização pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção anversa às relações muito distanciadas que os modelam. (GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade, 1991. p. 60).

A crescente interconexão global leva a uma maior circulação de informações, pessoas e bens, o que, por sua vez, intensifica os riscos e incertezas enfrentados pelas sociedades modernas. Esse fenômeno exige uma adaptação contínua e uma reflexão crítica sobre como as sociedades lidam com esses riscos. “A modernidade é uma cultura do risco. (GIDDENS, A. Modernidade e Identidade, 2002. p. 11, modernidade e identidade)

O conceito de risco é fundamental para a modernidade reflexiva. As sociedades devem estar mais atentas e preparadas para enfrentar os desafios emergentes que resultam da globalização e da interconexão, como desastres ambientais e crises financeiras. Giddens argumenta que a modernidade, apesar de minimizar certos riscos, introduz novas ameaças, especialmente devido à globalização e ao avanço tecnológico.

A modernidade reduz o risco geral de certas áreas e modos de vida, mas ao mesmo tempo introduz novos parâmetros de risco, pouco conhecidos ou inteiramente desconhecidos em épocas anteriores. Esses parâmetros incluem riscos de alta consequência, derivados do caráter globalizado dos sistemas sociais da modernidade. O mundo moderno tardio — o mundo do que chamo de alta modernidade — é apocalíptico não porque se dirija inevitavelmente à calamidade, mas porque introduz riscos que gerações anteriores não tiveram que enfrentar. (GIDDENS, A. Modernidade e Identidade, 2002. p. 11 - 12).

REFLEXIVIDADE E INSTITUIÇÕES

A reflexividade das sociedades modernas implica que as instituições e práticas sociais são continuamente avaliadas e revisadas. A modernidade não é algo que ocorre apenas no âmbito das grandes instituições, como governos e

organizações, mas também impacta diretamente a vida e as decisões individuais. Giddens explica que há uma relação estreita entre as mudanças globais — como políticas internacionais ou avanços tecnológicos — e as escolhas pessoais, como o que consumimos ou como nos comportamos. Essa conexão é uma característica central da modernidade: ações globais afetam o cotidiano das pessoas, e as decisões individuais também podem influenciar questões globais. É um ciclo de influência mútua.

A modernidade deve ser entendida num nível institucional; mas as transformações introduzidas pelas instituições modernas se entrelaçam de maneira direta com a vida individual, e portanto com o eu. Uma das características distintivas da modernidade, de fato, é a crescente interconexão entre os dois "extremos" da extensão e da intencionalidade: influências globalizantes de um lado e disposições pessoais de outro. (GIDDENS, A. Modernidade e Identidade, 2002. p. 9)

Na modernidade reflexiva as práticas sociais estão em constante revisão. Esse processo reflexivo permite que as instituições se ajustem e se adaptem às novas realidades e desafios impostos pela modernidade.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter." (GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade, 1991. p. 39)

IDENTIDADE

Na modernidade reflexiva, a identidade dos indivíduos é influenciada pela crescente complexidade e pela necessidade de constante adaptação. Giddens argumenta que as sociedades modernas são caracterizadas por uma crescente incerteza e insegurança. Mudanças rápidas em áreas como economia, tecnologia e cultura afetam a forma como os indivíduos percebem a si mesmos e suas identidades. Giddens argumenta:

A construção do eu como um projeto reflexivo, uma parte elementar da reflexividade da modernidade; um indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos. (Giddens, A. 1991, p. 111).

Os indivíduos são forçados a refletir criticamente sobre suas identidades e a se adaptar às mudanças rápidas no ambiente social.

SEGURANÇA E CONFIANÇA

Giddens também discute como a modernidade reflexiva afeta a segurança e confiança nas instituições. Ele sugere que:

Pode-se definir "segurança" como uma situação na qual um conjunto específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio de confiança e risco aceitável. Tanto em seu sentido factual quanto em seu sentido experimental, a segurança pode se referir a grandes agregações ou coletividades de pessoas — até incluir a segurança global — ou de indivíduos. (Giddens, A. 1991, p. 37).

As sociedades modernas precisam confiar em suas instituições para lidar com os riscos e desafios emergentes de maneira eficaz.

SISTEMAS PERITOS

A sociedade moderna é profundamente influenciada por sistemas peritos, que são estruturas organizadas em torno do conhecimento técnico e da competência profissional, essenciais para a gestão das complexas interações sociais e materiais que caracterizam o mundo contemporâneo. De acordo com Giddens, os sistemas peritos são responsáveis por organizar grande parte dos ambientes em que vivemos, e sua presença é frequentemente invisível, uma vez que as pessoas leigas interagem com eles apenas de maneira indireta. Ele afirma que:

Por sistemas peritos, quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta 'profissionais' — advogados, arquitetos, médicos etc., — apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influencia muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. (Giddens, 1991, p. 30).

Essa afirmação aponta para a onipresença desses sistemas na vida cotidiana, muitas vezes sem que as pessoas percebam a extensão da sua influência. Ao simples fato de subir uma escada, o indivíduo está confiando no conhecimento técnico dos profissionais responsáveis pela construção da sua casa, sem sequer compreender os detalhes dos cálculos estruturais e projetos envolvidos. Essa confiança é um exemplo clássico da interação entre a população leiga e os sistemas especializados que operam sem a necessidade de validação constante por parte dos cidadãos.

Giddens destaca que, apesar da confiança depositada nesses sistemas, as pessoas não têm capacidade de verificar ou avaliar diretamente o conhecimento técnico que sustenta essas estruturas. Isso se traduz na "fé" que a sociedade tem

nos conhecimentos aplicados pelos especialistas, mesmo sem a possibilidade de comprovar de forma exaustiva sua veracidade. O autor observa que:

Minha 'fé' não é tanto neles, embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do conhecimento perito que eles aplicam — algo que não posso, em geral, conferir exaustivamente por mim mesmo. (Giddens, 1991, p. 30).

Esse fenômeno, portanto, reflete um dos aspectos mais centrais da modernidade reflexiva, onde as pessoas vivem em um mundo em que o conhecimento especializado é imprescindível para o funcionamento das estruturas sociais. A confiança nos peritos e na autenticidade do conhecimento técnico é um fator fundamental que permite a continuidade de muitas práticas cotidianas, desde o uso de tecnologias até a construção de edifícios. Embora não seja possível validar diretamente esse conhecimento, ele garante que o indivíduo possa participar da vida social com segurança e estabilidade.

Além disso, Giddens introduz o conceito de 'desencaixe', destacando que os sistemas peritos atuam como mecanismos que distanciam as relações sociais do contexto imediato, permitindo que as interações sejam gerenciadas de maneira impessoal e eficaz. Ele explica que:

Os sistemas peritos são mecanismos de desencaixe porque, em comum com as fichas simbólicas, eles removem as relações sociais das imediações do contexto. Ambos os tipos de mecanismo de desencaixe pressupõem, embora também promovam, a separação entre tempo e espaço como condição do distanciamento tempo-espaço que eles realizam. (Giddens, 1991, p. 31).

Este conceito de desencaixe é crucial para entender como a modernidade reflexiva opera. Os sistemas peritos não dependem mais de interações diretas e locais para garantir sua eficácia, mas sim de um processo impessoal e distanciado, onde as relações sociais se tornam mediadas por saberes técnicos e garantias públicas. Esse distanciamento permite que sistemas complexos operem em larga escala, estendendo-se por vastos territórios e períodos de tempo, o que se traduz em uma crescente dependência de estruturas que os indivíduos não podem verificar pessoalmente.

Por fim, a confiança nos sistemas peritos é uma característica central da modernidade, pois, sem ela, seria impossível manter a coesão social em um mundo marcado pela especialização crescente e pela complexidade dos problemas

enfrentados pela sociedade. Assim, a análise de Giddens sobre os sistemas peritos oferece uma compreensão profunda sobre o funcionamento das sociedades modernas, nas quais a confiança nas competências técnicas e a habilidade de lidar com o distanciamento temporal e espacial se tornam condições essenciais para a continuidade das interações sociais.

2.3 IMPACTOS SOCIAIS

IDENTIDADE

A identidade na modernidade reflexiva seria construída através de um processo de autoanálise e adaptação contínua. Giddens argumenta que os indivíduos estão cada vez mais envolvidos em uma busca constante para definir e redefinir suas identidades em resposta às mudanças sociais e globais. Esse processo reflexivo resulta em identidades que são mais flexíveis e adaptativas.

ESTRUTURA SOCIAL

A estrutura social na modernidade reflexiva é caracterizada pela revisão e adaptação das instituições sociais. Giddens observa que as instituições sociais estão em um processo contínuo de transformação para responder às novas demandas e desafios da sociedade globalizada. A capacidade das instituições de se adaptar e evoluir é crucial para enfrentar os desafios da modernidade reflexiva.

As instituições modernas diferem de todas as formas anteriores de ordem social quanto a seu dinamismo, ao grau em que interferem com hábitos e costumes tradicionais, e a seu impacto global. No entanto, essas não são apenas transformações em extensão: a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência. (GIDDENS, 2002. p. 9)

3. CONEXÃO ENTRE MODERNIDADE REFLEXIVA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A conexão entre a modernidade reflexiva e as mudanças climáticas pode ser amplamente compreendida por meio da análise das transformações sociais e institucionais que marcam a contemporaneidade. Para Giddens (2009), as

mudanças climáticas representam um risco global que desafia os modelos tradicionais de governança.

Os riscos climáticos, dentro da perspectiva da modernidade reflexiva, destacam-se como um produto da interação entre atividades humanas e o ambiente natural. Como Giddens explica, os sistemas modernos são caracterizados por uma maior conscientização sobre as consequências de longo prazo das ações humanas, criando a necessidade de políticas reflexivas para lidar com essas questões (GIDDENS, 2009). Para ele, o enfrentamento das mudanças climáticas requer uma "fé nos sistemas peritos e nas estruturas de governança global" (GIDDENS, 2009), onde a confiança é depositada em especialistas e instituições que detêm o conhecimento técnico para gerir os riscos ambientais.

Giddens também observa que a modernidade reflexiva exige o fortalecimento de políticas climáticas de longo prazo, mesmo quando os efeitos imediatos da mudança climática não são claramente visíveis. Nesse sentido, a governança ambiental deve ser projetada para promover ações preventivas e mitigações efetivas, integrando ciência, política e colaboração internacional.

Ao complementar essa perspectiva, Ulrich Beck (1992) destaca que os riscos gerados pela sociedade industrial, como as mudanças climáticas, transcendem fronteiras geográficas e demandam soluções globais. Para ele, a "sociedade de risco" é caracterizada pela crescente necessidade de instituições reflexivas que lidem com os perigos globais (BECK, 1992).

4. INTRODUÇÃO À POLÍTICA DE MUDANÇA CLIMÁTICA DE GIDDENS

Anthony Giddens argumenta que a crise climática é um dos maiores desafios da modernidade reflexiva e que as políticas tradicionais não são suficientes para lidar com esse problema. Ele critica a falta de ação governamental eficaz e propõe uma abordagem política inovadora para enfrentar as mudanças climáticas.

Giddens introduz dizendo que o desafio do aquecimento global é tão grande a ponto de fazer um esforço como o de quem trava uma guerra mas, que nesse caso, a identificação e o confronto são coisas difíceis de apontar.

(...) O aquecimento global, todavia, é um problema diferente de qualquer outro, tanto por sua escala quanto por concernir sobretudo ao futuro. Muitos já disseram que, para lidar com ele, precisaremos mobilizar-nos num nível comparável ao de quem trava uma guerra, exceto pelo fato de que, nesse caso, não há inimigos a identificar e confrontar. Estamos lidando com perigos que parecem abstratos e fugidios, por mais que sejam potencialmente devastadores. (Anthony Giddens, 2010, p. 20)

Giddens ressalta também que os riscos do aquecimento global não são facilmente perceptíveis no dia a dia, o que faz com que muitas pessoas não ajam de forma concreta. No entanto, esperar que seus efeitos se tornem evidentes para então tomar medidas não só pode como será tarde demais.

(...) Os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito. No entanto, esperar que eles se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será por definição, tarde demais. (Anthony Giddens, 2010, p. 20)

4.1 O PARADOXO DE GIDDENS

Se faz presente uma grande dificuldade de lidar com as mudanças climáticas porque seus efeitos não são imediatos ou visíveis no dia a dia. Uma vez que os impactos mais graves ainda parecem distantes, governos e sociedades tendem a adiar ações.

Giddens afirma:

O que os psicólogos sociais chamam de “desconto do futuro” acentua ainda mais o paradoxo de Giddens (...). As pessoas acham difícil atribuir o mesmo nível de realidade ao futuro que ao presente. Assim, uma pequena recompensa oferecida agora costuma ser aceita em detrimento de outra muito maior, oferecida daqui a algum tempo. O mesmo princípio se aplica aos riscos. Por que tantos jovens começam a fumar, mesmo tendo plena ciência de que, como dizem hoje os maços de cigarros, “fumar é prejudicial à saúde”? Ao menos parte da razão é que, para um adolescente, é quase impossível imaginar-se com 40 anos, idade em que os verdadeiros perigos começam a se firmar e se tornam uma ameaça à vida. (Anthony Giddens, 2010, p. 20 e 21)

Giddens ainda expõe a inércia humana diante da crise climática. Ele mostra como desculpas como "isso não está provado", "os outros poluem mais" ou "minha ação não faz diferença" servem para justificar a falta de mudança. Além disso, destaca o poder do hábito e a dificuldade de conciliar a urgência ambiental com a comodidade do presente. Mesmo o ambientalista mais engajado enfrenta limites impostos pela sociedade. O dilema é essencial: sabemos do problema, mas continuamos adiando a solução.

As pessoas também continuam a dirigir SUVs por outras razões. Há entre os cientistas um nível alto de concordância de que a mudança climática é real e perigosa, e é causada por atividades humanas. Contudo, uma pequena minoria de cientistas – os céticos da mudança climática – questiona essas afirmações e recebe boa dose de atenção da mídia. Nosso motorista sempre pode dizer: "Isso não está provado, não é?", se alguém sugerir que ele altere seus hábitos de desperdício. Outra reação poderia ser: "Não vou mudar, a não ser que os outros mudem", e esse indivíduo assinalaria que há quem dirija veículos que bebem ainda mais gasolina, como os automóveis Bentley e Ferrari. Uma terceira reação seria: "Nada que eu possa fazer como indivíduo isolado fará a menor diferença." Ou o sujeito poderia dizer, ainda: "Um dia desses faço isso", porque não devemos subestimar a pura força do hábito. Eu sugeriria que até o ambientalista mais sofisticado e decidido – que nem sequer possui carro – luta com o fato de que, à sombra do futuro cataclismo, há uma vida a ser vivida, dentro das restrições do aqui e agora. (Anthony Giddens, 2010, p. 21 e 22)

4.2 MUDANÇA CLIMÁTICA, RISCO E PERIGO

Giddens (2010) destaca que as mudanças climáticas são um fenômeno único, tanto por sua escala quanto por suas implicações para o futuro. Ele explica que "o aquecimento do sistema climático é inequívoco", conforme afirmado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2007, e que há uma "probabilidade de 90%" de que esse aquecimento seja resultado da atividade humana, especialmente pela emissão de gases do efeito estufa, como o CO₂. Esses gases, embora presentes em pequenas quantidades na atmosfera, têm um impacto desproporcional no clima, como demonstrado pelo aumento da temperatura média global em 0,74°C desde 1901 e pela elevação dos níveis de CO₂ para 387 ppm em 2008, um patamar nunca antes registrado nos últimos 650 mil anos. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas reflexivas, capazes de antecipar e mitigar os riscos climáticos, mesmo diante da invisibilidade imediata desses perigos no cotidiano. Como Giddens ressalta, "os efeitos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos", com impactos como o degelo acelerado, a acidificação dos oceanos e a alteração de ecossistemas, o que exige uma governança global coordenada e baseada em evidências científicas.

4.2.1 OS CÉTICOS E SEUS ARGUMENTOS

No debate sobre as mudanças climáticas, os céticos ocupam um espaço minoritário, mas significativo, questionando o consenso científico de que o aquecimento global é resultado da atividade humana. Como destacado no texto, Fred Singer e Dennis Avery, por exemplo, propõem a tese de que "o aquecimento moderno é moderado e não produzido pelo homem", argumentando que as oscilações climáticas são parte de um ciclo natural, impulsionado por variações nas

manchas solares. Eles criticam a "campanha de relações públicas de proporções estarrecedoras" que, segundo eles, dissemina a ideia de que o aquecimento global é uma crise causada pelo ser humano, envolvendo grupos ambientalistas, órgãos governamentais e a mídia.

Essa perspectiva cética, no entanto, contrasta com as evidências científicas apresentadas pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que afirma com 90% de probabilidade que o aquecimento observado é resultado da ação humana. Giddens (2010) aborda esse debate como parte da modernidade reflexiva, na qual a incerteza e o questionamento são intrínsecos ao processo de construção do conhecimento. A existência de vozes dissidentes, mesmo que minoritárias, reflete a complexidade da governança climática, que deve lidar não apenas com os riscos ambientais, mas também com disputas políticas e ideológicas.

4.3 ESGOTAMENTO OU DIMINUIÇÃO

A dependência global de combustíveis fósseis, como petróleo, gás natural e carvão, representa um dos maiores desafios para a mitigação das mudanças climáticas. Como destacado no texto, "petróleo, gás natural e carvão, as três fontes de energia que predominam no mundo, são todos combustíveis fósseis produtores de gases causadores do efeito estufa", o que exige uma transição urgente para fontes de energia mais limpas, como eólica, solar e hidrelétrica.

No entanto, essa transição não é apenas tecnológica, mas também cultural e política. A história da Revolução Industrial, alimentada pelo carvão, mostra que mudanças nos padrões de consumo energético são complexas e muitas vezes enfrentam resistência. Como observado por Giddens, "a transição para o carvão, deixando de lado a queima de lenha, não foi fácil, pois significou uma transformação de hábitos". Essa reflexão é crucial para entender os desafios atuais, já que, como aponta Richard Heinberg, "cada norte-americano tem o equivalente a mais de 150 'escravos energéticos' a seu serviço 24 horas por dia", evidenciando a profunda dependência da sociedade moderna em relação aos combustíveis fósseis.

Além disso, a geopolítica do petróleo, marcada por conflitos e pela "maldição do petróleo", reforça a necessidade de uma governança global reflexiva, capaz de equilibrar interesses econômicos, políticos e ambientais. A crise do petróleo de

1973, por exemplo, mostrou como "as ligações entre política internacional e segurança energética são estreitas", destacando a importância de políticas públicas que promovam a eficiência energética e a diversificação das fontes de energia, como fizeram França e Japão após a crise. Para Giddens, a modernidade reflexiva exige que as sociedades repensem não apenas suas fontes de energia, mas também seus estilos de vida, reduzindo o desperdício e promovendo práticas sustentáveis.

4.4 O MOVIMENTO VERDE E O QUE VEIO DEPOIS

O debate sobre as mudanças climáticas reflete uma multiplicidade de perspectivas, desde o movimento verde até abordagens econômicas e políticas. O movimento verde, historicamente pioneiro na discussão sobre questões ambientais, reivindica um papel central na reflexão filosófica sobre os objetivos ligados à crise climática, afirmando que "este assunto é nosso, uma vez que já falávamos de poluição ambiental muito antes de qualquer outra pessoa". No entanto, outras visões têm ganhado espaço no debate.

Além do movimento verde, os economistas ambientais criticam o pensamento verde como "uma bobajada", defendendo que a abordagem adequada deve ser "contundente e enunciada em termos dos custos e benefícios das diferentes estratégias, com os mercados dando as cartas". Eles veem os mercados de carbono como uma solução viável para lidar com o aquecimento global, enfatizando a eficiência econômica como ferramenta central para a mitigação das mudanças climáticas.

Em contraste com as visões econômicas, autores de esquerda enxergam na mudança climática uma oportunidade para renovar a crítica ao capitalismo. Nicholas Stern, autor do Relatório Stern sobre economia da mudança climática, afirmou que o aquecimento global é "a maior falha de mercado que o mundo já viu", uma declaração que tem sido amplamente utilizada para justificar a necessidade de uma maior intervenção estatal e de reformas sociais profundas. Essa visão alimenta propostas de coalizões entre "vermelhos e verdes", buscando unir a crítica socialista ao capitalismo com a defesa ambiental.

No entanto, como alerta Giddens, é crucial que a política da mudança climática "transcenda essas divisões e sobreviva às mudanças dos governos nos sistemas democráticos", evitando que o tema seja instrumentalizado para legitimar

outros interesses políticos ou ideológicos. A modernidade reflexiva demanda que as sociedades superem polarizações e adotem práticas sustentáveis e inclusivas para enfrentar os desafios climáticos.

4.5 TECNOLOGIAS E IMPOSTOS

A disseminação de tecnologias renováveis tem sido vista como um catalisador para uma "terceira revolução industrial", conforme proposto pelo pensador político norte-americano Jeremy Rifkin. Ele argumenta que as grandes mudanças históricas ocorrem quando novas fontes de energia convergem com avanços nas comunicações. Assim, a primeira revolução industrial surgiu da combinação entre o carvão e a imprensa, enquanto a segunda foi impulsionada pelo petróleo e pelas comunicações eletrônicas. Agora, Rifkin prevê que a "terceira revolução industrial" será marcada pela convergência entre as energias renováveis e as tecnologias de comunicação em rede, como a internet. Ele destaca o hidrogênio como a "fonte de energia eterna", capaz de alimentar células combustíveis para uso doméstico e industrial, criando um "regime energético verdadeiramente democrático", descentralizado e baseado em comunidades locais.

No entanto, essa visão é questionável. Como observado no texto, "as tecnologias nunca funcionam sozinhas, sempre estão inseridas em estruturas políticas, econômicas e sociais mais amplas", que moldam seu desenvolvimento e impacto. Além disso, a próxima revolução industrial, ao contrário das anteriores, precisará ser "criada como um projeto internacional" para enfrentar os riscos climáticos, o que exige uma coordenação global sem precedentes. Embora seja possível imaginar um futuro em que a maioria das casas contribua para a geração de energia renovável, como já ocorre em alguns lugares com tarifas premium, a gestão coordenada da energia em nível nacional e internacional será essencial.

Para Giddens, a modernidade reflexiva exige que o Estado desempenhe um papel central na viabilização dessas inovações, por meio de regulamentações, incentivos fiscais e políticas públicas que promovam a transição para uma economia de baixo carbono. A governança climática deve transcender divisões políticas e ideológicas, garantindo que as tecnologias renováveis sejam integradas a um sistema energético mais justo e sustentável. Essa abordagem reflexiva é crucial para enfrentar os desafios das mudanças climáticas, que exigem não apenas avanços

tecnológicos, mas também transformações profundas nas práticas sociais e políticas.

4.5.1 TECNOLOGIAS: O PONTO EM QUE NOS ACHAMOS

A transição para tecnologias de baixo carbono é um dos desafios centrais da política climática contemporânea, exigindo um equilíbrio delicado entre inovação, segurança energética e sustentabilidade. Anthony Giddens (2010) destaca que a modernidade reflexiva impõe às sociedades a necessidade de lidar com riscos globais enquanto buscam soluções tecnológicas viáveis. Entre as opções disponíveis, o hidrogênio surge como uma promessa controversa. Enquanto pensadores como Jeremy Rifkin o celebram como a "fonte de energia eterna", críticos ressaltam os desafios práticos: sua produção depende da eletrólise da água ou de outros combustíveis, e seu armazenamento exige pressões altíssimas, com riscos de vazamentos perigosos. Como afirma Giddens (2010, p. 167), "não sabemos se esses problemas poderão ser solucionados", o que reflete a incerteza inerente a muitas tecnologias emergentes.

A energia nuclear, por sua vez, permanece uma alternativa polarizadora. Em 2006, representou 19% da eletricidade britânica, mas seu declínio acentuado revela dilemas como a proliferação de armas nucleares e a gestão de rejeitos radioativos. Apesar disso, o IPCC destaca que suas emissões de CO₂ equivalem às das renováveis (40 g de CO₂ por kWh), e o urânio é geograficamente disperso. Para Giddens (2010, p. 170), "o balanço de riscos deve considerar a ausência de alternativas viáveis no curto prazo", especialmente em países onde a eliminação da nuclear agravaria a dependência de combustíveis fósseis.

Fontes renováveis como eólica, solar e geotérmica também enfrentam obstáculos. A eólica, por exemplo, é "instável" e enfrenta resistências técnicas, como interferência em radares, como ocorreu no Reino Unido. Já os biocombustíveis, outrora aclamados, perderam espaço devido ao impacto na produção de alimentos. A energia solar, vista como a "melhor de todas as esperanças", responde por apenas 1% da eletricidade global, com desafios como armazenamento e custos de materiais. A captura e sequestro de carbono (CCS), crucial para usinas a carvão (responsáveis por 25% da energia global), enfrenta incertezas: projetos experimentais armazenam 1 milhão de toneladas de CO₂/ano, mas os EUA emitem

1,5 bilhão/ano, evidenciando a escala do desafio. "Se não for possível aplicar a CCS à maioria das usinas, a batalha para conter as emissões sofrerá graves revezes" (GIDDENS, 2010).

A geoengenharia, como semear partículas refletoras no espaço, é considerada "especulativa" pelo IPCC, com riscos de efeitos colaterais catastróficos. Em contraste, a eficiência energética oferece soluções imediatas: a reforma de um prédio em Chicago reduziu o consumo em 75% com vidros termorrefletores, exemplificando como "edificações ecológicas podem transformar o panorama urbano" (GIDDENS, 2010).

Nenhuma tecnologia é uma solução isolada. Como propõem Socolow e Pacala (2004), sete estratégias – incluindo CCS, nuclear e eficiência energética – poderiam reduzir emissões em 7 giga toneladas até 2050. Para Giddens (2010), a modernidade reflexiva demanda que os governos articulem subsídios, regulamentações e cooperação internacional, pois "a transição energética exige uma abordagem plural, integrando inovação, políticas públicas e mudança cultural". A energia solar, nuclear e a CCS não são concorrentes, mas complementares em um sistema diversificado, onde o Estado deve equilibrar riscos e urgências climáticas.

4.5.2 O PAPEL DO GOVERNO NA PROMOÇÃO DE INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Para os governos, o desafio central reside em estimular inovações tecnológicas sem restringir seu potencial disruptivo, especialmente em um contexto onde a modernidade reflexiva exige respostas ágeis e integradas às mudanças climáticas. Anthony Giddens (2010) destaca que a política climática demanda um equilíbrio delicado entre intervenção estatal e liberdade de mercado, garantindo que avanços tecnológicos sejam viáveis e alinhados à sustentabilidade. Christopher Freeman, em seu estudo clássico, classifica as inovações em diferentes níveis: melhorias incrementais (como motores a jato mais eficientes), mudanças sistêmicas (que afetam setores inteiros) e transformações radicais (como a internet), que alteram a sociedade como um todo. Para Giddens, "as inovações mais profundas são as menos previsíveis, mas também as mais necessárias para enfrentar riscos globais" (GIDDENS, 2010, p. 180).

Os subsídios governamentais são fundamentais, já que tecnologias limpas geralmente são mais caras que os combustíveis fósseis. No entanto, como observa Freeman, "nem todas as inovações são iguais" (FREEMAN, 1987, p. 12). Políticas públicas devem priorizar setores estratégicos, como energia e transporte, onde investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) podem romper a inércia tecnológica. Por exemplo, após décadas de desregulamentação no setor energético – como a privatização de redes elétricas nos anos 70 e 80 –, a falta de investimentos em infraestrutura e P&D resultou em sistemas frágeis, incapazes de lidar com crises como o colapso da Enron nos EUA. Giddens (2010, p. 185) argumenta que "a privatização exacerbou a busca por lucros de curto prazo, em detrimento da segurança energética e da inovação".

O sistema de patentes ilustra outro dilema: enquanto proteções rígidas desestimulam a colaboração, a flexibilidade excessiva permite que concorrentes copiem tecnologias sem investir em pesquisa. Em nível internacional, países pobres muitas vezes ignoram patentes para acessar tecnologias críticas, mas isso pode desincentivar inovações globais. Para Freeman (1987), "o equilíbrio entre proteção intelectual e acesso democratizado é vital para uma transição energética justa".

Na indústria energética, a desregulamentação priorizou custos marginais baixos, mas negligenciou investimentos de longo prazo. Como resultado, redes elétricas carecem de resiliência, e a geração de energia permanece dependente de combustíveis fósseis. Giddens (2010, p. 188) ressalta que "subsídios ocultos a combustíveis fósseis, estimados em US\$ 20 a 30 bilhões anuais em países da OCDE, perpetuam a inércia tecnológica". Redirecionar esses recursos para energias renováveis e redes inteligentes é essencial.

Um exemplo emblemático é o Hiper carro, proposto por Amory e Hunter Lovins. Projetado para reduzir o consumo de combustível em 80% e emissões na fabricação em 90%, o veículo utiliza materiais leves, aerodinâmica avançada e motores híbridos movidos a hidrogênio. Apesar do potencial, sua viabilidade depende de subsídios para pesquisa e regulamentações que incentivem a adoção em massa. Como destaca Giddens (2010, p. 190), "tecnologias disruptivas exigem parcerias entre Estado, indústria e sociedade, superando a lógica de mercados fragmentados".

A modernidade reflexiva demanda que governos atuem como catalisadores de mudanças, articulando políticas industriais, reformas regulatórias e investimentos

em infraestrutura. Para Freeman (1987, p. 24), "a inovação não é um jogo de apostas, mas um processo estruturado que exige planejamento e coordenação". Redes elétricas inteligentes, por exemplo, requerem padrões técnicos unificados e incentivos para que consumidores tornem-se produtores de energia, descentralizando o sistema sem perder eficiência.

Em síntese, o papel do governo transcende a mera regulação: trata-se de criar ecossistemas onde inovações sustentáveis floresçam, garantindo que avanços tecnológicos não reproduzam desigualdades, mas promovam equidade e resiliência climática.

4.6 NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS, UNIÃO EUROPEIA E MERCADOS DE CARBONO

A análise de Giddens sobre as negociações climáticas revela um paradoxo fundamental da modernidade reflexiva: enquanto a ciência evidencia a urgência da crise climática, a ação política permanece fragmentada e insuficiente. Como observa o autor, "os acordos de Kyoto foram largamente descartados como palavras ao vento" (GIDDENS, 2010, p. 233), evidenciando a dificuldade de traduzir consenso científico em compromissos políticos efetivos.

O caso dos Estados Unidos é emblemático. Apesar de reconhecerem sua dependência do petróleo - com o presidente Bush admitindo que o país "é viciado em petróleo" (GIDDENS, 2010, p. 225) -, recusaram-se a adotar metas obrigatórias em Kyoto. Giddens destaca que essa postura reflete uma priorização clara dos interesses econômicos nacionais sobre as preocupações ambientais globais, encapsulada na declaração de George H.W. Bush durante a ECO-92: "o estilo de vida norte-americano não está em discussão" (GIDDENS, 2010, p. 231).

4.6.2 A UNIÃO EUROPEIA ENTRE LIDERANÇAS E CONTRADIÇÕES

A União Europeia emerge como ator central nas negociações climáticas, tentando exercer um papel de liderança global. Giddens observa que a UE foi "a defensora mais fervorosa das propostas da redução das emissões" (2010, p. 234),

estabelecendo metas ambiciosas e um sistema próprio de comércio de emissões. No entanto, o autor revela as contradições dessa posição:

"O mecanismo de desenvolvimento limpo foi descrito como 'o desespero da Europa'" (GIDDENS, 2010, p. 236), indicando que mesmo os esforços mais avançados esbarram em limitações estruturais. A UE, apesar de seu discurso ambientalista, acaba criando mecanismos que permitem "salvar as aparências" sem promover transformações profundas.

As tensões internas na UE ficam evidentes quando Giddens descreve como "os termos do projeto foram enfraquecidos" (2010, p. 244) para obter consenso entre os Estados-membros. A concessão de isenções para setores industriais poluentes revela o conflito entre ambição ambiental e realpolitik econômica.

4.6.3 A GEOPOLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO E AS ASSIMETRIAS GLOBAIS

A análise de Giddens sobre os países em desenvolvimento revela as assimetrias fundamentais nas negociações climáticas. A postura de muitos governos do Sul Global - "Por que devemos fazer alguma coisa? Isso é problema de vocês!" (GIDDENS, 2010, p. 229) - expressa a disputa por justiça climática e a resistência em assumir custos de um problema historicamente criado pelos países industrializados.

O caso da China é particularmente revelador. Giddens mostra como o país, buscando seu desenvolvimento econômico, adotou um modelo intensivo em carbono, construindo "uma nova usina elétrica movida a carvão por semana" (2010, p. 228). Essa trajetória reproduz os padrões insustentáveis das potências ocidentais, mas num contexto de legítimas aspirações desenvolvimentistas.

4.6.4 OS LIMITES DA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

A análise de Giddens revela que o principal desafio da política climática não é técnico, mas essencialmente político. Como observa o autor, "o grande perigo da abordagem da mudança climática no estilo de Kyoto é que se cria uma arquitetura complexa [...] mas não se chega de fato a dirigir nenhuma construção" (2010, p. 236).

Essa constatação aponta para os limites da governança global em enfrentar problemas que exigem, simultaneamente, ação coletiva e transformações nacionais

profundas. A modernidade reflexiva, ao tornar visíveis os riscos climáticos, não conseguiu ainda gerar os mecanismos políticos adequados para enfrentá-los de forma efetiva e equitativa.

4.7 A GEOPOLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA

A análise de Giddens sobre a geopolítica climática revela uma contradição fundamental da modernidade reflexiva: embora a crise ambiental exija cooperação global, ela está se tornando um catalisador de conflitos geopolíticos e competição por recursos. Como observa o autor, "as questões ligadas à mudança climática - especialmente em conjunto com a escassez crescente de energia - podem militarizar-se e ser dominadas por riscos para a segurança" (GIDDENS, 2010, p. 249).

O caso do Ártico exemplifica essa transformação. Enquanto a região era um "campo gelado", predominava a cooperação científica internacional. Porém, com o derretimento do gelo e o acesso a novas reservas de petróleo e gás, surgiram "conflitos de interesses e atritos internacionais" (GIDDENS, 2010, p. 249). Essa transição ilustra como as mudanças climáticas estão redefinindo as dinâmicas de poder global, convertendo áreas antes desagradáveis em zonas estratégicas de disputa.

Um dos cenários mais preocupantes apresentados por Giddens é o da militarização dos conflitos climáticos. O caso de Darfur, frequentemente chamado de "primeira guerra da mudança climática" (GIDDENS, 2010, p. 251), demonstra como eventos extremos podem exacerbar tensões existentes. A China, buscando garantir seu acesso a petróleo, "forneceu armas e deu treinamento às forças do governo sudanês" (GIDDENS, 2010, p. 251), ignorando violações de direitos humanos. Esse exemplo revela como as potências estão priorizando interesses energéticos sobre a estabilidade global.

As estratégias das grandes potências confirmam essa tendência. Os Estados Unidos estão reorientando sua política de defesa para proteger rotas marítimas críticas, já que "75% do petróleo e 90% dos produtos manufaturados do comércio mundial são transportados por mar" (GIDDENS, 2010, p. 252). Simultaneamente, China e Rússia criaram a Organização de Cooperação de Xangai, uma aliança que desafia a hegemonia ocidental em regiões ricas em recursos.

O papel dos "Estados axiais" - nações como Brasil, África do Sul e Índia - torna-se crucial nesse contexto. Segundo Giddens (2010, p. 251), esses países "exercem influência significativa sobre toda uma região", podendo atuar como estabilizadores ou amplificadores de crises. No entanto, se nações de grande porte como China ou Índia enfrentarem colapsos climáticos severos, as repercussões poderiam ser catastróficas para a ordem global.

Essa análise revela o paradoxo central da governança climática na modernidade reflexiva: embora o risco ambiental seja global, as respostas permanecem profundamente nacionais e competitivas. Como conclui Giddens (2010, p. 249), "o que deveria ser a meta prioritária de reduzir as emissões de poluentes pode tornar-se vítima de uma luta competitiva pelos recursos naturais". Essa contradição entre a necessidade de cooperação e a realidade da competição geopolítica representa um dos maiores desafios para as políticas públicas contemporâneas.

4.7.1 UMA COMUNIDADE MUNDIAL ILUSÓRIA?

A análise de Giddens sobre a fragilidade das instituições internacionais diante da crise climática revela um paradoxo central da modernidade reflexiva: a necessidade de cooperação global é urgente, mas a arquitetura política permanece ancorada em soberanias nacionais e rivalidades geopolíticas. Como observa o autor, "a ONU tem poucos recursos próprios e pode ser paralisada por blocos de nações ou até por ações isoladas" (GIDDENS, 2010, p. 253). Essa contradição expõe a tensão entre a interdependência exigida pelos riscos climáticos e a resistência dos Estados em ceder autonomia.

O retorno ao nacionalismo autoritário, exemplificado por China e Rússia, reforça essa dinâmica. Giddens destaca que "o sistema internacional foi redefinido em termos de poderio militar e controle de recursos energéticos" (2010, p. 254), minando projetos transnacionais como a União Europeia. A crítica de Robert Kagan à "comunidade internacional ilusória" é parcialmente incorporada por Giddens, que reconhece a persistência da política de poder, mas contesta a tese de um mero "retorno à normalidade". Para ele, "a soberania não tem o mesmo significado que já teve" (2010, p. 258), pois a interdependência econômica e ecológica impõe limites à autonomia nacional.

A modernidade reflexiva, nesse contexto, evidencia a incapacidade das estruturas políticas tradicionais de lidar com riscos globais. A ONU, embora criticada por falhas como na Bósnia, mantém uma "indispensabilidade subjacente" (2010, p. 257) na coordenação de acordos climáticos e tecnológicos. Giddens conclui que, embora a política de poder persista, "os países que negarem a interdependência serão postos na linha" (2010, p. 258), como demonstrado pelo fracasso da política unilateral dos EUA no Iraque. A governança climática, portanto, exige negociar essas contradições, integrando rivalidades geopolíticas a mecanismos de cooperação forçada pela urgência ambiental.

4.7.2 ESTADOS UNIDOS E CHINA: LIDERANÇA E CONTRADIÇÕES NA GOVERNANÇA CLIMÁTICA

A análise de Giddens sobre o papel dos EUA e da China nas políticas climáticas revela as tensões entre renovação tecnológica e inércia geopolítica. Após os anos Bush, marcados por isolacionismo e crises econômicas, os EUA enfrentam o desafio de assumir uma liderança ambiental sob Obama, ainda que carregue o estigma de "retardatários da mudança climática" (GIDDENS, 2010, p. 266). O autor destaca a capacidade norte-americana de inovação (como na internet) como potencial catalisador para tecnologias renováveis, mas alerta que essa transição exige "uma reafirmação da tradição wilsoniana" (2010, p. 267) – baseada em cooperação multilateral, não em unilateralismo.

Já a China, embora crucial para a mitigação climática, prioriza crescimento econômico acelerado, muitas vezes à custa de altas emissões. Giddens critica a lógica do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), que falha em promover equidade real. Propõe, em vez disso, investimentos em capacitação local e flexibilização de patentes, como no caso do gás natural avançado para a China – que reduziria tanto a poluição local quanto as emissões globais.

Giddens propõe a criação urgente de um conselho exclusivo para os principais países poluidores - responsáveis por 70-88% das emissões históricas - argumentando que apenas um fórum restrito pode superar a paralisia das negociações climáticas globais. O autor sugere um mecanismo de contribuições nacionais voluntárias com revisão por diretoria rotativa para garantir equidade,

mantendo paralelismo com os acordos multilaterais existentes. Esta proposta reflete o princípio da modernidade reflexiva ao adaptar as estruturas de governança às assimetrias do risco climático, embora reconheça os desafios de implementação frente às resistências geopolíticas. A contradição entre a eficácia técnica desta solução e sua legitimidade política ilustra o dilema central da ação climática contemporânea.

5. CONCLUSÃO

A análise da teoria da modernidade reflexiva de Anthony Giddens aplicada à política das mudanças climáticas revela um desafio central das sociedades contemporâneas: a contradição entre a capacidade de refletir sobre riscos globais e a dificuldade em transformar essa consciência em ações efetivas. Como afirma Giddens, "o aquecimento global, todavia, é um problema diferente de qualquer outro, tanto por sua escala quanto por concernir sobretudo ao futuro" (2010, p. 20). Essa singularidade exige respostas que transcendam as estruturas tradicionais de governança, ainda ancoradas em soberanias nacionais e interesses geopolíticos conflitantes.

A modernidade reflexiva, ao destacar a interconexão entre riscos globais e decisões locais, evidencia a necessidade de instituições capazes de operar em um cenário de incerteza e complexidade. Giddens argumenta que "a modernidade altera radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência" (2002, p. 9), o que inclui a forma como as sociedades respondem (ou falham em responder) aos desafios ambientais. No entanto, como o próprio autor reconhece,

"Os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito" (Giddens, 2010, p. 20).

Esse paradoxo entre conhecimento e inação — o chamado "paradoxo de Giddens" — é um dos maiores obstáculos à implementação de políticas climáticas eficazes.

Diante desse cenário, Giddens propõe a criação de mecanismos inovadores de governança, como um conselho restrito aos principais países poluidores, responsáveis pela maioria das emissões históricas. Essa proposta reflete a necessidade de adaptar as estruturas políticas às assimetrias do risco climático,

ainda que enfrente resistências geopolíticas. Como ele destaca, "o que deveria ser a meta prioritária de reduzir as emissões de poluentes pode tornar-se vítima de uma luta competitiva pelos recursos naturais" (2010, p. 249).

Em síntese, a contribuição de Giddens reside não apenas em diagnosticar os impasses da modernidade frente à crise climática, mas em apontar caminhos para superá-los. Seu trabalho reforça que a superação desses desafios exigirá não apenas avanços tecnológicos, mas uma transformação profunda nas instituições, nas políticas públicas e nos padrões de consumo. Como ele adverte, "esperar que [os efeitos das mudanças climáticas] se tornem visíveis e agudos para só então tomarmos medidas sérias será, por definição, tarde demais" (2010, p. 20). O tempo da reflexão crítica é, portanto, também o tempo da ação urgente e coordenada.

REFERÊNCIAS

- Giddens, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- Giddens, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2002
- Giddens, Anthony. **Política, Sociologia e teoria social. Encontros com o pensamento social, clássico e contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GIDDENS, Anthony. **A Política das Mudanças Climáticas**. Editora ZAHAR, 2010.
- FREEMAN, Christopher. **Technology Policy and Economic Performance: Lessons from Japan**. Londres: Pinter Publishers, 1987.
- BOLSON, Simone Helege. **As mudanças climáticas e a política de adaptação de Anthony Giddens: em busca de um modelo preventivo no combate aos efeitos das alterações do clima na Região do Semiárido do Nordeste no Brasil**. Revista Direito Ambiental e sociedade. v. 2, nº 1, p. 77-92, 2013.
- SOCOLOV, Robert; PACALA, Stephen. **Stabilization Wedges: Solving the Climate Problem for the Next 50 Years with Current Technologies**. Science, v. 305, n. 5686, p. 968-972, 2004.
- BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: Rumo a uma Nova Modernidade**. Editora 34, 1992.